



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8788 - Pôster - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

A DOCÊNCIA EM UMA “CELA” DE AULA: DA FORMAÇÃO À PRÁTICA
 Kely Rejane Souza Anjos de Carvalho - UFT-PPPGE - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Daniela Patricia Ado Maldonado - UFT-PPPGE - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Maiara Sobral Silva - 10ª CRE - Coordenadoria Regional de Educação do Rio de Janeiro

A DOCÊNCIA EM UMA “CELA” DE AULA: DA FORMAÇÃO À PRÁTICA

Com os significativos avanços que tiveram, nos últimos anos, os Direitos Humanos, a pessoa, em situação de prisão, passou a ter o direito à assistência educacional, como valor intrínseco para sua formação em prol do processo de ressocialização e reintegração saudável à sociedade. Não são raras as vezes que pessoas privadas de liberdade sofrem com a restrição abrangente dos seus direitos, no entanto, o direito máximo que lhes é negado é a liberdade de ir e vir. Os demais direitos devem ser mantidos, inclusive, o direito à educação.

É o que preconiza a Lei de Execução Penal Brasileira (LEP), nº 7.210, de 11 de julho de 1984, ao determinar que a população carcerária deva exercer algum tipo de atividade laboral, bem como preconiza a obrigatoriedade de oferta do ensino fundamental nas instituições penais.

Nesse sentido, ao se discutir o trabalho docente no contexto prisional como gerador de mudança nos modos de pensar, sentir e agir faz-se necessário um aprofundamento nas pesquisas que tratam dos educadores que trabalham no cárcere. Porém, ao se buscar pesquisas que remetem à realidade educacional presente nas instituições prisionais do Estado do Tocantins, poucos são os retornos, bem como são escassos os estudos que tratam da profissionalização dos professores que atuam nesses espaços, principalmente nesse Estado. Portanto, está investigação é motivada por essa invisibilidade em que se encontram os docentes que atuam diretamente na educação ofertada nas prisões do Tocantins.

Nesse cerne, o fio condutor desta pesquisa são as narrativas dos participantes a respeito, principalmente, das contribuições advindas da formação docente para as práticas

desenvolvidas pelos professores que atuam na escola carcerária, levando-se em consideração os desafios vivenciados pelos educadores na busca pela construção de saberes e competências sob a égide da educação como direito. No que diz respeito “às formas de pensar essa educação, os estudos demonstraram que educadores a consideram essencial para a formação e mudança do sujeito preso” (AMORIM-SILVA, 2016, p. 86), ou seja, “acreditam que o processo educativo escolar é um processo de desprisonalização e socialização, e a presença do professor é vista como a de um sujeito que traz novas ideias, novos conhecimentos, novas posturas” (ONOFRE, 2011, p. 285).

Por ser assim, há a necessidade de conhecer e problematizar em que condições é ofertado esse tipo de educação, bem como as práticas educativas, os requisitos formativos e os conhecimentos pedagógicos necessários ao professor que tem a “cela” de aula como local de trabalho. Nesse contexto, são muitos os questionamentos que surgem. Entre eles, destacamos: como a formação docente contribui para as práticas educativas desenvolvidas pelos professores que atuam nos presídios femininos do Estado do Tocantins?

A escolha pelas instituições educativas presentes nas unidades prisionais femininas do Estado do Tocantins como *lócus* da investigação ora proposta se originou das pesquisas realizadas durante o mestrado em educação e faz parte das discussões produzidas do Grupo de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): História, Historiografia, Fontes de Pesquisa em Educação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/) da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A pesquisa que aqui se apresenta está sendo realizada no âmbito do Estado do Tocantins, procurando problematizar como a formação docente contribui para as práticas educativas de professores inseridos na assistência educacional ofertada nos presídios femininos tocantinenses, localizados nas cidades de Palmas, Babaçulândia, Lajeado, Talismã e Pedro Afonso. E tem como objetivo geral conhecer as contribuições advindas da formação docente para o trabalho dos professores que atuam nas prisões femininas do Estado do Tocantins.

Portanto, buscaremos compreender, por meio da investigação proposta, como é desenvolvido o trabalho docente e suas práticas educativas nas prisões femininas do Estado do Tocantins, bem como identificar quem são os profissionais que atuam nesses espaços, seus perfis formativos e o que os motivou a ter a prisão como ambiente de trabalho; entender os desafios que o contexto prisional impõe à profissão docente e como professores organizam seu fazer pedagógico; e, por fim, identificar os limites advindos da própria formação e das condições sociais e materiais diante das expectativas profissionais e dos sucessos e insucessos da práxis exercida no ambiente carcerário.

Uma pesquisa de cunho científico exige um conjunto bem articulado de distintos elementos: estudo teórico-metodológico, investigação a partir de uma problemática, ferramentas, instrumentos e técnicas de coleta de dados e organização sistemática, pois “o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (GIL, 2007, p. 26).

Dentro dessa ótica, utilizaremos a pesquisa de campo, por considerá-la mais apropriada para alcançar resultados mais consistentes, dado que “o interesse da pesquisa de campo está voltado para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, visando à compreensão de vários aspectos da sociedade” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 189).

E para melhor analisarmos as narrativas colhidas serão utilizadas as técnicas propostas pelo método da história oral, que são consideradas as mais acertadas para o tipo de

problema aqui apresentado. Deteremo-nos, portanto, às concepções de Thompson (2002), Alberti (2013) e Meihy (2018), entre outros autores que discutem a História Oral como método de pesquisa.

O processo investigatório apresentado está organizado em duas fases, são elas: a primeira, já concluída, compõe o levantamento bibliográfico e documental acerca da educação escolar ofertada em prisões brasileiras e tocantinenses, e das políticas públicas mais significativas e representativas a partir da Lei de Execução Penal (1984) até os dias atuais. A segunda etapa faz parte da pesquisa de campo, ainda em andamento, e focará na realização da coleta de dados por meio das entrevistas semiestruturadas. A proposta é entrevistar, individualmente, todos os educadores que atuam nas seis unidades prisionais femininas do Estado do Tocantins, sendo que a participação destes é voluntária e a recusa em participar não acarretará nenhuma penalidade.

Os resultados parciais mostram que há no Estado seis unidades penitenciárias femininas que ofertam assistência socioeducacional. O que somente foi possível devido à parceria entre a Secretaria de Cidadania e Justiça e a Secretaria de Educação, Juventude e Esporte do Tocantins, que juntas promovem a oferta de educação escolar por meio de escolas implantadas dentro das unidades prisionais femininas.

Dentro da temática pesquisada, uma revisão da literatura apontou que há poucos estudos sobre o perfil, trabalho e formação do professor que atua nas prisões do Estado do Tocantins. Ainda faltam debates acerca do assunto, conforme argumenta Coimbra (2016, p. 17):

Nosso objetivo pode ser sintetizado pela tarefa de trazer para a academia um tema tão relevante e ainda desafiador pelo fato de ser pouco estudado, como é o sistema penitenciário prisional tocantinense, e pensar conjuntamente na elaboração de ações que visem mitigar os problemas.

Sobre os números que retratam a realidade socioeducacional do país, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) divulgou, em dezembro de 2019, por meio do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) que compila informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro por meio de formulário de coleta estruturado preenchido pelos gestores de todos os estabelecimentos prisionais brasileiros, que apenas 123.652 (16,53%) do total de presos 748.009 realizam algum tipo de atividade educacional a nível de país. No Tocantins, das 4.481 pessoas em situação de prisão, apenas 586 (13,08%) realizam algum tipo de atividade socioeducativa. Desse percentual, 138 são mulheres que estão assim distribuídas:

Quadro 1 – Unidades Prisionais Femininas que ofertam assistência educacional

#	UNIDADE PRISIONAL	MUN. DA UNIDADE	ÓRGÃO OFERTANTE	Nº DE ALUNAS
01	Unidade Prisional Feminina de Palmas – Escola Estadual Setor Sul – extensão.	Palmas	SEDUC	11
02	Unidade de Regime Semiaberto Feminina de Palmas.	Palmas		23
03	Unidade Prisional Feminina de Lajeado – Colégio Nossa Senhora da Providência – extensão.	Lajeado	SEDUC	17

04	Unidade Prisional Feminina de Talismã – Colégio Estadual de Talismã – extensão.	Talismã	SEDUC	35
05	Unidade Prisional Feminina de Pedro Afonso – Escola Estadual Ana Amorim – extensão.	Pedro Afonso	SEDUC	30
06	Unidade Prisional Feminina de Babaçulândia	Babaçulândia	SEDUC	22
	TOTAL			138

INFOPEN/DEPEN/2019

Esses dados fazem parte da primeira etapa desta pesquisa e mostram o quantitativo de unidades prisionais femininas presentes no Estado, bem como, o quantitativo de alunas, em situação de prisão, matriculadas nessas unidades. Porém, o perfil dos professores que trabalham nesses locais só será possível conhecer após a pesquisa de campo que faz parte da segunda etapa desta investigação, onde buscaremos apresentar e problematizar o trabalho docente nas prisões do Tocantins, em termos teóricos e práticos.

Portanto, objetiva-se com os resultados oriundos desta pesquisa responder aos questionamentos que perpassam os objetivos específicos propostos, o que nos permitirá conhecer quem são os professores por trás dos números, seus perfis formativo-profissionais e os desafios impostos tanto à formação como à prática docente no cárcere frente ao processo de ressocialização de alunas em situação de prisão.

Por fim, os resultados parciais apontam que essa investigação tem grande relevância científica, visto que, a mesma pode trazer à tona um pouco da realidade em que estão inseridos os professores que atuam nas “celas” de aula do sistema penitenciário feminino do Estado. Pois, ao ampliar a compreensão sobre o exercício da docência nas prisões, busca-se contribuir com a reflexões sobre a necessidade de formação inicial e continuada dos educadores que nelas atuam.

PALAVRAS - CHAVE: Educação em prisões. Formação de professores. Tocantins.

REFERÊNCIAS

AMORIM-SILVA. Karol Oliveira. **Educar em prisões: um estudo na perspectiva das representações sociais.** (Dissertação de mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Belo Horizonte – MG. 2016.193p.

BRASIL. **Lei de Execução Penal.** Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – InfoPen.** Brasília, DF. 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/viewr=eyJrIjoiMmU4ODAwNTAtY2IyMS00OWJiLWE3ZTgtZG> Acesso em: 15 de setembro de 2020.

COIMBRA, Valdir Santos. **A oferta de educação no sistema prisional no Tocantins.** 2016. 100p. Dissertação. (Mestrado em Letras – Ensino de Língua e Literatura). Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. O papel da escola na prisão: saberes e experiências de alunos e professores. **Childhood & philosophy**, rio de janeiro, v.7, n. 14, jul.-dez 2011, pp. 271-297.